



CAMINHOS DE BARRO E INCLUSÃO SOCIAL: a busca de cidadania para artesãos da Baixada Campista, RJ

Suelen Vianna Bahiense, Marcelo Carlos Gantos

A realização de uma pesquisa dentro de um Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais nos traz um questionamento oportuno de como se promovem e conduzem as políticas públicas no Brasil e quais as suas principais vertentes. Paralelo a ela, neste trabalho apresentamos a Lei de Inovação do Estado do Rio de Janeiro (Lei nº 5.361/2008), que veio incentivando o Estado a estabelecer medidas de promoção à inovação e a pesquisa científica e tecnológica, postulando que somente serão considerados como inovação social àqueles processos que promovam a inclusão social através de projetos em área restrita e determinada. Essas ações e projetos visam proporcionar a pessoas excluídas formas e alternativas diferenciadas de acesso a cidadania e a participação social como premissa. Para tanto, teremos como objeto o estudo de caso o Programa Caminhos de Barro, que tem como finalidade capacitar, na arte da cerâmica artesanal, comunidades excluídas do processo industrial de tijolos e telhas, como: jovens, crianças carentes e especiais, deficientes visuais e idosos. Junto a ele, a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, através da extensão universitária vem se tornando uma via de mão dupla entre o conhecimento acadêmico e o popular, dentro e fora da universidade. O presente trabalho tem como objetivo trazer a história dessas artesãs que trabalham a mais de uma década em parceria com a universidade, tendo como foco a inclusão social inspirada na Lei de Inovação do Estado do Rio de Janeiro como condição *sine qua non* para a inovação. Nesse sentido, busca-se analisar a inclusão social através de projetos de extensão pública universitária com o seguinte questionamento: A inclusão social prevista na Lei nº 5.361/2008 vem sendo aplicada pela UENF através do Caminhos de Barro? A coleta de dados para esta pesquisa será feita através de dados quantitativos e qualitativos, onde serão utilizados questionários e entrevistas. Observa-se que ainda existam interesses e entraves a serem superados pela UENF com relação a extensão universitária e consequentemente com o reconhecimento da inclusão social prevista na legislação estadual.

Palavras chave: universidade, inclusão social, política pública.